

PLANO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA NO SETOR DE ÓLEO E GÁS BRASILEIRO

Uma proposta dos
petroleiros e petroleiras
da FUP para o Brasil

Outubro de 2025



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. O CENÁRIO GLOBAL E A INSERÇÃO BRASILEIRA	3
1.1. Emergência climática é real	3
1.2. O fracasso das soluções capitalistas frente à crise climática	4
1.3. Transição energética justa: um conceito e agenda em disputa	4
1.4. A necessidade de um caminho singular e soberano para o Brasil	5
1.5. O setor de óleo e gás natural na transição energética	6
1.6. As especificidades da Margem Equatorial Brasileira (MEB)	7
1.7. Os trabalhadores do setor de óleo e gás na transição energética	8
2. PRINCÍPIOS PARA PROMOÇÃO DE UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, SOBERANA E POPULAR NO BRASIL	9
2.1. Defesa da democracia	9
2.2. Soberania e segurança energética	9
2.3. Energia é um direito e não commodity	9
2.4. Justiça e equidade social	10
2.5. Garantia de diálogo e participação social	10
2.6. Fortalecimento das empresas estatais brasileiras	10
2.7. Trabalho decente	10
2.8. Combate à pobreza energética: energia acessível e barata para todos	10
3. PROPOSTAS PARA UMA INSERÇÃO SOBERANA DO BRASIL NA AGENDA GLOBAL DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	11
3.1. Assegurar a aplicação de um mandato popular no setor energético	11
3.2. Aprimoramento da governança e garantia de controle democrático no planejamento energético	11
3.3. Garantias e salvaguardas coletivas aos trabalhadores e trabalhadoras	12
3.4. Financiamento da transição energética: um caminho público	12
3.5. O papel da Petrobrás no desenvolvimento nacional e na agenda da transição energética justa	12
3.6. Exploração e produção na Margem Equatorial Brasileira	14
REFERÊNCIAS	15



APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta um posicionamento público dos trabalhadores e trabalhadoras petroleiros (as), representados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus quatorze sindicatos filiados, sobre o papel do setor de óleo e gás, em especial a Petrobrás, no desenvolvimento nacional e na promoção de uma Transição Energética Justa no Brasil.

Trata-se de uma síntese construída com muitos debates e contribuições internas e externas ao movimento sindical petroleiro. Foi aprovado nos Congressos Regionais construídos pela categoria e referendado na 12ª Plenária Nacional da FUP, realizada em agosto de 2025 em Pernambuco. Mas, também, resulta de muito diálogo e articulação institucional para além da categoria petroleira, em âmbito nacional e internacional. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se as participações da FUP na COP 27 no Egito e COP 28 em Dubai; e o "Taller Internacional: la Soberanía energética de Colombia", promovido pela Internacional Progressista e pela Unión Sindical Obrera de la Industria del Petróleo (USO-Colômbia). No cenário nacional vale ainda destacar o Seminário Nacional "A Transição Energética Justa no Brasil: caminhos possíveis e participação social", em Salvador, onde reuniu a Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE), institutos de pesquisa e Centrais Sindicais e o "Laboratório de Futuros: cocriação para uma transição justa", organizado pelo Aurora Lab.

Com esse acúmulo, os petroleiros e petroleiras reafirmam seu compromisso histórico com a soberania nacional, a segurança energética, a democracia e o fortalecimento do movimento sindical. Defendem, ainda, que a Petrobrás construa, junto com seus trabalhadores e trabalhadoras, um plano estratégico de transição energética que seja justo, soberano e popular.

O documento está estruturado em três seções. Na primeira, são apresentados os principais elementos que caracterizam o contexto global e nacional no tempo presente. Na segunda seção, são apresentados os princípios que orientam a luta dos petroleiros e petroleiras na promoção de uma Transição Energética Justa no Brasil. E, por fim, na terceira seção, são apresentadas as propostas da FUP para inserção soberana do Brasil na agenda global da Transição Energética e de fortalecimento da Petrobrás.

1. O CENÁRIO GLOBAL E A INSERÇÃO BRASILEIRA

1.1. Emergência climática é real

- O mundo atravessa mudanças rápidas, profundas e conectadas. **A atividade humana orientada por um modelo capitalista de desenvolvimento produziu uma crise climática aguda, que vulnerabiliza comunidades e territórios de forma assimétrica no mundo.** Essa crise precisa ser enfrentada de forma coletiva, participativa, dialogada e democrática. A participação dos trabalhadores e trabalhadoras na construção de planos de redução de emissões, adaptação aos impactos climáticos e financiamento dos ajustes necessários é imprescindível, visto que são eles os principais atingidos pelos múltiplos efeitos ambientais, econômicos e sociais da emergência climática.
- Em resposta às mudanças climáticas, **programas de transformação ecológica e a agenda da Transição Energética ganham relevância, em contraposição à dominância do petróleo.** No entanto, a ampla dependência global de combustíveis fósseis¹ e a crescente expansão do consumo primário e secundário de energia segue agravando o problema da emissão de gases de efeito estufa² e a crise climática.

1 Cerca de 80,3% da matriz energética global tem como fonte primária combustíveis fósseis. No Brasil, esse percentual é de 59,8%, segundo dados da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

2 Segundo o Climate Watch as emissões de GEE alcançaram cerca de 47,5 Bi tCO2e, em 2020.



3 | Uma proposta dos petroleiros e petroleiras da FUP para o Brasil

● **A conjuntura global atual produz múltiplos desafios e entraves ao desenvolvimento estável da Transição Energética.** De um lado, aspectos como a intensificação de conflitos militares e o confronto de interesses geopolíticos das grandes potências, trazem instabilidade à consecução de metas de descarbonização acordadas em conferências internacionais e intensificam o uso de combustíveis fósseis. De outro lado, o rápido avanço de novas rotas tecnológicas em um contexto de forte globalização e maior capacidade de financiamento, resultam em alternativas para produção de energia a partir de fontes renováveis.

● Nesse sentido, observa-se que a **consolidação de um novo paradigma energético é um processo desafiador, instável, complexo e multidimensional**, que envolve trajetórias, temporalidades e motivações distintas. A sua trajetória é pautada pela singularidade de cada território quanto ao seu sistema industrial e energético; suas instituições - os regimes políticos, sociais e tecnológicos vigentes; características ambientais; e a rede de atores, interesses e condutas existentes.

● Contudo, **as transformações em curso abrem uma oportunidade de requalificar a ideia de desenvolvimento**, agora associando o progresso técnico-industrial à promoção de garantias sociais e ambientais sólidas. E, para isso, o Estado, em diálogo com a sociedade civil, **é um ator central tanto na formulação de políticas públicas quanto na coordenação da governança e uso dos recursos disponíveis.**

1.2. O fracasso das soluções capitalistas frente à crise climática

● **O acesso a um meio ambiente saudável foi declarado um direito humano pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU**, em reconhecimento às crises de direitos humanos interligadas à degradação ambiental e à mudança climática.

● **A falta de acesso adequado à energia atinge 666,4 milhões de pessoas no mundo³** e continua sendo uma das principais fontes de **pobreza, desigualdade e insegurança global.**

● **As políticas capitalistas neoliberais de clima e energia fracassaram sistematicamente no alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.** Ancoradas em um intenso processo de mercantilização, privatização e financeirização dos recursos naturais energéticos e de exploração da força de trabalho, a gestão do capital falha em conter aumento das emissões de gases de efeito estufa, eleva os preços e restringe o acesso às fontes energéticas. Em síntese, suas instituições e propostas resultaram no declínio da qualidade dos serviços de fornecimento de energia e ampliaram a pobreza energética.

● **No Brasil, país marcado por uma lógica extrativista, predatória e neocolonial, o atual modelo de Transição Energética**, ancorado sobretudo na instalação de empreendimentos dos segmentos eólico e fotovoltaico, **reproduz padrões históricos de violação de direitos humanos e violência contra os trabalhadores e organizações sindicais, comunidades e territórios, seja no campo ou na cidade.** Tal fenômeno é agravado pelas assimetrias globais no acesso a fontes de financiamento climático.

● Para construir uma alternativa ao modelo ineficiente da economia de mercado é preciso garantir que a **Transição Energética seja socialmente justa, economicamente viável e eficaz para atingir as metas climáticas.**

1.3. Transição Energética Justa: um conceito e agenda em disputa

● Para alguns atores a Transição Energética restringe-se a um processo de **descarbonização da matriz energética global**, que deve ser sustentado por mecanismos de abertura e integração das economias globais, os quais se orientam

³ Fonte: World Bank Group. Disponível em: <https://trackingsdg7.esmap.org/downloads>

de forma “natural” por uma adesão espontânea, geral e irrestrita de nações e empresas a acordos e compromissos firmados em órgãos multilaterais. Para nós, **a interpretação dos possíveis caminhos para o corrente processo de Transição Energética passa por reconhecer a natureza conflituosa e contraditória das relações geopolíticas e geoeconômicas em âmbito global**, que colocam a trajetória desse processo em permanente disputa e marginalizam do centro de tomada de decisão a sociedade civil e, em especial, os trabalhadores e suas representações.

- A construção de uma Transição Energética Justa **pressupõe a revisão e reestruturação da ordem social, desde suas relações econômico-comerciais, geopolíticas e laborais**. A revisão dos modos e estruturas produtivas e de consumo de bens e serviços é variável chave para uma transformação ecológica e energética. A submissão da esfera coletiva às regulações de mercado, até o momento, se revelaram ineficientes no enfrentamento da emergência climática e guiam a humanidade ao limiar do colapso planetário.

- **Uma Transição Energética Justa requer um conjunto de regramentos e políticas públicas coordenadas pelo Estado que assegurem:** (i) segurança energética e adicional energético; (ii) desenvolvimento industrial e social em bases sustentáveis e inclusivas; (iii) políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; (iv) políticas industriais de descarbonização e promoção de novas rotas tecnológicas de baixo carbono; (v) sistema de políticas públicas de garantia e promoção de equidade, justiça social e reparação histórica a todos e todas; (vi) programas de qualificação e adaptação das relações e força de trabalho aos novos paradigmas produtivos, em especial àqueles em setores atingidos pelas transformações decorrentes da transição; (vii) promoção de desenvolvimento regional e; (viii) combate à pobreza energética.

- Uma Transição Energética Justa **requer reimaginar um modelo de sociedade e sistema econômico em que o centro dinâmico e decisório não se restrinja às grandes corporações transnacionais**. A maximização de lucros e dividendos não pode se sobrepor aos interesses coletivos.

- **Para os trabalhadores três questões devem orientar a agenda global da transição energética:** (i) a transição energética em curso é apenas um processo de expansão e diversificação das fontes de oferta energética?; (ii) tais transformações aprofundarão as desigualdades geoeconômicas globais e subnacionais ou serão capazes de incorporar a participação e o diálogo social para torná-las justas e inclusivas?; e (iii) a transição energética nos moldes atuais vai realmente contribuir para o enfrentamento da crise ecológica ou, através das mudanças que impõe ao território, irá acelerar o problema?

- Um programa de Transição Energética Justa **deve ser guiado por uma abordagem abrangente, flexível e integrada** que inclua e assista os/as trabalhadores/as, suas famílias e suas comunidades.

1.4. A necessidade de um caminho singular e soberano para o Brasil

- Para construção de uma **agenda global integrada e cooperativa de enfrentamento à crise climática** deve se considerar as singularidades das trajetórias de desenvolvimento e das matrizes energéticas nacionais, além de reconhecer as assimetrias nas contribuições históricas das emissões de gases de efeito estufa (GEE), para construir um plano integrado de enfrentamento à crise climática.

- **O Brasil tem uma trajetória distinta no que diz respeito às emissões**. O país é responsável por cerca de 3,1% das emissões dos GEE mundial⁴ e possui uma matriz energética cerca de três vezes mais renovável que a média global. Diferente do padrão médio global, as emissões brasileiras são concentradas nas atividades decorrentes

4 Fonte: Climate Watch, 2021. Disponível em: https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2021&start_year=1990



da mudança do uso da terra e floresta (46%) e agropecuária (28%), que somadas representaram 74% das emissões em 2023⁵. O setor energético é responsável por aproximadamente 18% das emissões totais e os processos industriais por 4%. O setor de óleo e gás representa cerca de 2,4% das emissões totais do país. Tal realidade, apesar de colocar o Brasil como o quinto maior emissor global, **abre o caminho para nos tornarmos a primeira economia do G20 a alcançar a neutralidade de carbono.**

- O Brasil, em sua nova **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)**, anunciada em 2024, assumiu o compromisso de alcançar a neutralidade climática até 2050 e reduzir as emissões em 67% até 2035, em comparação a 2005.

- No Brasil, a **necessidade de enfrentamento das mudanças climáticas deve ser transformada em uma oportunidade** de reposicionar o país nas cadeias globais de valor, promover uma reindustrialização de baixo carbono, combater às desigualdades sociais e garantir reparação histórica. Ademais, deve desenvolver suas vantagens comparativas nos biocombustíveis, geração renovável, reflorestamento, minerais essenciais e agricultura de baixo carbono.

- **A agenda da Transição Energética no Brasil deve ser um instrumento para retomada de uma política industrial de longo prazo, com valorização das empresas estatais**, fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, criação de novos postos de trabalho decente, capacitação e qualificação profissional, combate às desigualdades regionais e à pobreza energética, fortalecimento da participação e do diálogo social, qualificação dos serviços públicos, das capacidades governamentais, e da proteção social às comunidades atingidas pela crise climática.

1.5. O setor de óleo e gás natural na transição energética

- O setor de óleo e gás é vetor dinâmico da economia, comércio e geopolítica global, assim como atividade essencial para segurança energética de fração majoritária das nações, sobretudo em um contexto de expansão da demanda energética, inclusive de combustíveis fósseis. No mundo, o setor de óleo e gás é responsável por cerca de metade da oferta de energia e emprega cerca de 12 milhões de trabalhadores⁶. No Brasil, o setor contribui com 44,4% da oferta primária⁷ de energia e estrutura fração significativa das cadeias globais de produção, empregando mais de 600 mil trabalhadores.

- **A indústria de óleo e gás é um ator estratégico para o enfrentamento das mudanças climáticas**, tanto por sua contribuição nas emissões - a queima de combustíveis fósseis responde por até 60% das emissões globais, quanto por que essa indústria ainda gerar anualmente, em média, US\$ 3,5 trilhões de receitas, o que a qualifica como um instrumento potente de financiamento da descarbonização, adaptação e de uma nova indústria de baixo carbono.

- Ademais, **a indústria de óleo e gás é intensiva em capital e, por isso, tem potentes instrumentos de inovação tecnológica** que precisam estar a serviço das agendas da Transição Energética, inclusive para o aprimoramento da eficiência energética de nossas matrizes e manutenção de postos de trabalho de alta qualificação, produtividade e com condições de trabalho decente, atentando a grupos vulnerabilizados e a margem desse acesso: mulheres, mulheres negras, mulheres trans, pessoas LGBTQIAPN+, PCDs, juventudes periféricas, povos tradicionais e originários.

- O corrente **processo de reconfiguração do multilateralismo coloca a questão da segurança energética e o petróleo e seus derivados no centro das dinâmicas de conflito globais**, o que, por sua vez, eleva as incertezas sobre o nível de engajamento dessa indústria na agenda da Transição Energética. Nota-se que essa indústria adotou uma posição conservadora em relação a agenda da Transição Energética

6 Fonte: IEA, 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/the-oil-and-gas-industry-in-net-zero-transitions>
7 Fonte: Statistical Review of World Energy 2025. Disponível em: <https://www.energyinst.org/statistical-review>

até o presente momento, isto é, uma estratégia centrada na descarbonização de suas atividades (escopo 1 e 2) e avanço lento e gradual em direção a novas rotas tecnológicas, reduzindo riscos econômicos e operacionais.

- **Outro elemento crítico é o caráter cíclico da indústria de óleo e gás.** A volatilidade da produção e preços nos mercados internacionais, bem como a introdução de novas tecnologias não só impactam as decisões de investimentos, em especial em novas rotas tecnológicas de baixo carbono, como representam um risco aos trabalhadores e nível de empregos nesse setor.

- A adoção por um número crescente de países de **novos instrumentos normativos - leis, regulações e políticas públicas - ou adesão dos mesmos a acordos internacionais**, produz incentivos ao desenvolvimento de novas rotas tecnológicas, contribui para a redução da dependência de combustíveis fósseis, atende às contribuições nacionalmente determinadas no âmbito do Acordo de Paris e potencializa o avanço em direção a transição energética.

- **No Brasil, o setor de óleo e gás também pode ser um vetor para a transformação do país em uma potência energética de baixo carbono.** O fortalecimento da estatal Petrobrás, maior empresa do país, pode ser um instrumento para garantia da segurança energética, promoção da descarbonização, fomento de novas rotas tecnológicas e substituição gradual de postos de trabalho no setor de óleo e gás por novos postos de trabalho igualmente qualificados e associados a um projeto de transição justa no Brasil.

- Pensar o futuro do Brasil e o papel da indústria de óleo e gás passa por **enfrentar questões concretas, tais como a garantia da soberania e segurança energética nacional, desenvolvimento socioeconômico das regiões Norte e Nordeste, o controle sobre a Amazônia brasileira, processos de digitalização e inovação tecnológica, sustentabilidade climática, Transição Energética Justa e avanços na descarbonização de nossa matriz.** Em outras palavras, debater o futuro do país exige, sobretudo, a formulação de parâmetros regulatórios, sociais e ambientais alinhados à eficiência energética, ao interesse público, à soberania nacional e à redução das desigualdades em todas suas expressões.

1.6. As especificidades da Margem Equatorial Brasileira (MEB)

- A Margem Equatorial Brasileira (MEB) é uma **fronteira exploratória estratégica** para o Brasil. Trata-se de uma região singular de amplo potencial energético, relativamente pouco estudada e conhecida, e vasta riqueza e variedade ambiental, de biodiversidade, econômica, social e cultural.

- O debate sobre a exploração da MEB é complexo e envolve, a um só tempo, questões de segurança energética, soberania nacional, transição energética, mudança climática e sensibilidades ambientais e sociais específicas dos povos e comunidades da região. **Enfrentar esse debate é tarefa incontornável e estratégica, além de uma oportunidade para construção participativa e democrática de novos parâmetros de desenvolvimento para o Brasil, tanto no médio como no longo prazo.**

- Segundo o Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural da ANP (2025), **a relação reserva-produção do Brasil é atualmente de 13,7 anos.** Dado que o intervalo médio entre o início da fase de exploração e a produção efetiva varia de 7 a 10 anos e a necessidade de reposição das reservas para assegurar a segurança energética nacional, torna-se essencial ampliar os investimentos no setor exploratório, com foco no desenvolvimento de novas fronteiras.

- Os investimentos em exploração e produção na MEB tem **capacidade de transformar as condições socioeconômicas dos estados e municípios da região**, através da



dinamização do mercado de trabalho e potenciais novas receitas fiscais disponíveis aos entes subnacionais regionais.

- Contudo, é preciso alertar que na última década observamos **queda na participação e controle estatal brasileiro das atividades de exploração e produção (E&P) no país**. A crescente participação de empresas privadas no segmento de E&P, além do amplo interesse de atores privados nacionais e transnacionais na exploração dos blocos na MEB. Isto representa um risco à soberania energética e de fragilização do controle público e democrático da intensidade, velocidade e uso estratégico das reservas petrolíferas do país. Esse interesse está expresso de forma concreta, por exemplo, nos resultados do 5º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão da ANP. Leilão realizado sem qualquer diálogo com a sociedade civil permitiu que do total dos 16,3 mil km² de áreas leiloadas na bacia da Foz do Amazonas, cerca de 76,5% será operada e controlada por capital internacional e apenas 23,5% pela Petrobrás.
- Por isso, a exploração de novas fronteiras, especialmente da Margem Equatorial, deve se dar a partir de um planejamento estatal, orientado pela garantia da segurança energética e do abastecimento nacional, e não para um modelo de ampliação da exportação de óleo cru, como observado nos últimos anos.
- **Se vinculadas a um planejamento energético soberano, democrático, de longo prazo e operado pela Petrobrás, a exploração de óleo e gás na MEB não representa retrocessos em relação à transição energética.** Essas atividades são essenciais para garantir o fornecimento de energia, impulsionar o desenvolvimento, manter os níveis de emprego e gerar os recursos necessários para um impulso à economia de baixo carbono.

1.7. Os trabalhadores do setor de óleo e gás na transição energética

- Com base nos dados disponíveis, as **condições de trabalho no setor de petróleo e gás são geralmente melhores do que em outros setores, em especial nos segmentos da "economia verde"**⁸. Para que a Transição Energética seja justa é necessário qualificar sistematicamente as condições de trabalho em todos os setores da economia, particularmente em relação à equidade de gênero, racial, segurança e saúde no trabalho e outros princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- **O fortalecimento das organizações sindicais representativas dos trabalhadores** é um instrumento fundamental para consolidação de relações trabalhistas reguladas e sólidas, garantia da liberdade sindical e do direito à negociação coletiva, promoção do diálogo social e do trabalho decente, além de ferramenta essencial a promoção de justiça social e da Transição Energética Justa.
- **A garantia do pleno emprego, do trabalho decente e livremente escolhido** deve estruturar planejamento energético nacional em direção a transição energética e as políticas macroeconômicas de longo prazo.
- No contexto de mudanças climáticas e digitalização, **os trabalhadores e trabalhadoras do setor de óleo e gás também são vítimas das emergências climáticas e da crescente insegurança quanto à perda de seus empregos**. Tal fato justifica a participação dos petroleiros e petroleiras na formulação e implementação de políticas públicas e planos setoriais de transição energética no setor de óleo e gás, em especial na Petrobrás. Os trabalhadores não podem estar à margem do planejamento energético, pelo contrário, devem estar no centro dele.
- Como parte interessada e atingida, **as forças do trabalho se organizam e disputam os rumos dessa transição energética no Sul Global**, com objetivo de dar centralidade ao trabalho, à necessidade de desenvolvimento sustentável, à soberania nacional e ao combate à pobreza energética.

8 DIEESE, 2024. Disponível em https://www.dieese.org.br/livro/2024/petroleo_clima_trabalho.html

- **O diálogo social** é particularmente crucial para garantir que empregadores e trabalhadores do setor de petróleo e gás participem da formulação de políticas e medidas no âmbito do emprego, educação, formação e tecnologia, com objetivo de facilitar: (i) a adaptação à mudança estrutural nos níveis global, setorial e nacional; (ii) acesso à tecnologia amiga do meio ambiente, inovadora e geradora de empregos; (iii) o emprego de trabalhadores que perderam o emprego em decorrência de essas mudanças; e (iv) uma Transição Energética Justa.

- No Brasil, país do Sul Global que passou por um período de profunda desindustrialização imposto pelos ditames do Consenso de Washington, a classe trabalhadora foi quem mais sofreu com a desestruturação e precarização das relações sociais. **A Petrobrás é uma das poucas grandes empresas estatais que ainda guarda a capacidade de geração de empregos de qualidade e recursos a serviço do povo brasileiro, como demonstrou nas últimas duas décadas. É preciso recuperar e utilizar a Petrobrás como instrumento de política pública de fomento a uma Transição Energética Justa.** Esse potencial não pode ser descartado.

- Para isso, a reversão das políticas implementadas pelo campo político entreguista é primordial. Entre 2016 e 2022, essas políticas atuaram fortemente contra os interesses nacionais e a construção de um Brasil autônomo e soberano, aprovaram uma política fiscal de teto de gastos que ampliaram a dificuldade de financiamento de políticas públicas para o desenvolvimento e impuseram uma reforma sindical e trabalhista, que rebaixou consideravelmente a qualidade de vida da classe trabalhadora.

2. PRINCÍPIOS PARA PROMOÇÃO DE UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, SOBERANA E POPULAR NO BRASIL

2.1. Defesa da democracia

- Em um tempo histórico de fragilização do diálogo e do multilateralismo em âmbito global, de ascensão da extrema-direita e de sistemáticos ataques às instituições do Estado de Direito, a defesa intransigente do pleno exercício da democracia é um princípio inegociável da luta popular e dos trabalhadores, em especial na América Latina e Caribe. **O fortalecimento das organizações sindicais representativas dos trabalhadores** é um instrumento fundamental para consolidação da democracia e combate ao fascismo no mundo.

2.2. Soberania e segurança energética

- O Brasil é autossuficiente na produção de petróleo e gás. A energia é um elemento de poder nacional e sua escassez é um elemento de vulnerabilidade que ameaça a própria soberania. **O país deve elaborar um projeto de transição energética capaz de garantir segurança e soberania energética**, bem como o desenvolvimento de cadeias industriais de valor nacional. **Ao mesmo tempo**, deve ser ainda um **vetor de promoção de cooperação e integração pacífica e solidária** do setor energético brasileiro e com os demais países da região

2.3. Energia é um direito e não commodity

- Para promoção de uma Transição Energética Justa é preciso reconhecer **o acesso à energia como um direito humano**, uma necessidade básica e inegociável, além de condição essencial para restabelecer a obrigação e a capacidade do Estado de **combater e erradicar a pobreza energética**.



2.4. Justiça e equidade social

- Para ser justa a transição energética no Brasil precisa ser um **veículo da ampliação da equidade e justiça social**. Ser um instrumento capaz de **promover proteção social e reparação histórica**, além de combater as desigualdades regionais brasileiras e todas as formas de discriminação de gênero, sexualidade, raça, etnia, condições de deficiência ou neurodivergência ou qualquer outra forma de exclusão social. Além disso, precisa ser um instrumento de **garantia e promoção dos direitos e da segurança das populações atingidas** por empreendimentos energéticos, sobretudo em novas fronteiras exploratórias de óleo e gás. Respeito e aplicação das convenções da OIT em território nacional, em especial, a **Convenção 169**.

2.5. Garantia de diálogo e participação social

- Os processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas vinculadas à Transição Energética Justa devem se basear em instrumentos de **diálogo e participação social pluripartite** - envolvendo poder público, representações dos trabalhadores, organizações da sociedade civil e os empregadores - com objetivo de garantir participação social e processo de negociação justos de planos vinculantes a transição energética – leis, regulamentações, investimentos e programas. Esse modelo pluripartite deve ser garantido na escala das firmas e dos poderes públicos nacional, regional e global. No âmbito público, a promoção de uma Transição Energética Justa e Popular precisa estar associada ao estabelecimento de **novos espaços institucionais de caráter permanente e deliberativo, com participação ativa dos trabalhadores e populações atingidas**.

2.6. Fortalecimento das empresas estatais brasileiras

- Garantir a **propriedade e controle público** do setor energético nacional é estratégico para o país. Para isso, é preciso aprimorar a governança no sentido de prover um **mandato em conjunto de diretrizes** que permitam às empresas estatais nacionais desenvolver todo seu potencial para garantia da soberania e segurança energética nacional e promoção da Transição Energética Justa. Precisamos ainda **reestatizar** os ativos e empresas estatais estratégicas do setor energético.

2.7. Trabalho decente

- O processo de promoção de uma Transição Energética **deve estar vinculado à geração de novos postos de trabalho decente em território nacional, tal como promove a OIT⁹ e a Agenda Nacional do Trabalho Decente no Brasil, lançada em 2006**. Os novos postos de trabalho criados nas atividades associadas à economia de baixo carbono precisam adotar garantias e condições de trabalho e remuneração, no mínimo, iguais às observadas nos postos de trabalho extintos em decorrência de mudanças nos padrões de produção, de forma a evitar a precarização das relações de trabalho. A defesa da garantia de postos de trabalho de qualidade e manutenção dos patamares de remuneração é defender a vitalidade econômica e o nível de demanda agregada por bens e serviços.

2.8. Combate à pobreza energética: energia acessível e barata para todos

- As políticas energéticas em um contexto de promoção de uma Transição Energética Justa devem estar vinculadas ao **compromisso de combate à pobreza energética**.

9 Essa noção foi formalizada pela primeira vez na Memória apresentada pelo Diretor Geral da OIT na 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada em Genebra, em junho de 1999. Disponível em: <https://share.google/IUL3wJEO-N1HblUDZO>



Isso implica em um esforço participativo e democrático de aprimoramento do arcabouço legislativo e regulatório do setor energético de forma a promover o acesso universal, regular e confiável a serviços e bens energéticos de baixo carbono e a preços módicos.

3. PROPOSTAS PARA UMA INSERÇÃO SOBERANA DO BRASIL NA AGENDA GLOBAL DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

3.1. Assegurar a aplicação de um mandato popular no setor energético

- Estabelecer **requisitos e diretrizes transparentes** para que os serviços públicos de energia conduzam a Transição Energética, com o objetivo de atender às necessidades das pessoas, proteger o meio ambiente e desenvolver o país.
- **Recuperar a propriedade pública de empresas do setor energético que foram privatizadas**, em especial a Eletrobrás, a BR Distribuidora e a Liquigás.
- Assegurar que todos os recursos e tecnologias essenciais, relacionados à energia, sejam de **propriedade pública** e administrados de forma consistente com uma abordagem de bens públicos globais.
- Assegurar que o **conhecimento e patentes** decorrentes de investimentos públicos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação relacionados à energia, gestão de resíduos, tratamento, reciclagem e todos os serviços correlatos sejam de propriedade pública.
- Promoção de um **planejamento energético nacional público, democrático, progressista e participativo**, capaz de responder às rápidas mudanças provocadas pela emergência climática e expressar também os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do setor energético e suas necessidades de adaptação e requalificação profissional. Além de estabelecer como parâmetros fundamentais das políticas públicas energéticas o acesso universal, seguro e confiável a fontes de energia de baixo carbono a preços justos.
- Desenvolver junto aos **povos originários** uma visão e um plano para seu relacionamento com os sistemas públicos de energia que proteja as leis e tratados específicos.

3.2. Aprimoramento da governança e garantia de controle democrático no planejamento energético

- Estabelecer processos democráticos de tomada de decisão no **planejamento energético nacional**, com participação de representações dos trabalhadores e usuários.
- Construir um arcabouço regulatório que garanta a obrigação legal das empresas estratégicas do setor energético de orientar suas operações de longo prazo ao **interesse nacional e preservação do meio ambiente**.
- **Fortalecimento dos órgãos de controle ambientais**, com reversão do desmonte e aprimoramento, por exemplo, do IBAMA e ICMBio.
- Criação no âmbito público nacional de um **espaço institucional pluripartite de debate, formulação, monitoramento e implementação de instrumentos públicos de promoção sistemática da Transição Energética Justa**, com garantia de um processo democrático de escolha das representações e com objetivo de monitorar e enfrentar as mudanças climáticas, promover a descarbonização e promoção de uma economia de baixo carbono, e enfrentar as mudanças estruturais no mercado de trabalho e relações de trabalho.
- **Garantia de participação** dos trabalhadores e trabalhadoras e da sociedade civil em espaços institucionais setoriais no âmbito federal, como, por exemplo, no **Conselho Deliberativo do Fundo do Pré-Sal e CNPE** (Conselho Nacional de Política Energética).



- Assegurar que os novos projetos de infraestrutura propostos por entes federais atendam a **estritas normas ambientais, trabalhistas e contribuam para o bem-estar das populações locais.**

3.3. Garantias e salvaguardas coletivas aos trabalhadores e trabalhadoras

- Exigir que as empresas públicas e privadas do setor energético em operação no país se adequem de forma a garantir a **segurança dos trabalhadores.**
- Criação de um **sistema de políticas públicas** específico que garanta e promova o acesso de todo e qualquer trabalhador do setor energético a **programas de (re) qualificação, treinamento e oportunidades profissionais**, sem discriminação de gênero, raça, sexualidade, origem, a povos originários e tradicionais, PCDs e etc, e prioritariamente em parceria com as universidades e centros de pesquisa públicos.
- Criação de instrumentos regulatórios de salvaguardas aos **povos originários e tradicionais** atingidos pelas transformações decorrentes da Transição Energética.
- Criação de um **"salário mínimo verde"** para todos os setores de atividades emergentes e vinculados a processos de mitigação e adaptação climática.
- **Redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas** em todos os segmentos de atividades vinculados a agenda de descarbonização e à economia de baixo carbono.

3.4. Financiamento da transição energética: um caminho público

- Proposição nos espaços multilaterais internacionais de **criação de um fundo de Transição Energética Justa** com recursos oriundos de contribuições anuais de nações ricas e/ou um imposto global sobre carbono cuja arrecadação seja direcionada especificamente à Transição Justa dos/as trabalhadores/as e população atingida em apoio a Países Menos Desenvolvidos (PMDs).
- **Restrição aos subsídios e às políticas de fomento ao agronegócio** brasileiro, setor de atividade responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa e instrumentos de compensação do setor sobre a crise climática.
- Usar de forma eficiente os recursos públicos para financiamento da Transição Energética Justa.
- Restabelecer a obrigação e a capacidade dos órgãos públicos de **erradicar a pobreza energética.**

3.5. O papel da Petrobrás no desenvolvimento nacional e na agenda da Transição Energética Justa

A Petrobrás precisa:

- Recuperar o seu **projeto de empresa integrada de energia**, para que continue a existir com sua força econômica e legitimidade social e por no mínimo mais 70 anos.
- Orientar seu **plano estratégico de longo prazo** à luz da agenda global da Transição Energética e os desafios das mudanças climáticas, do intenso processo de digitalização, das singularidades da trajetória e potencialidades do setor energético nacional e o seu compromisso histórico com a segurança e soberania energética nacional.
- Reforçar seu compromisso com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e com o enfrentamento às mudanças climáticas, **através da definição de metas sólidas de descarbonização e investimentos em novas tecnologias aderentes ao potencial energético nacional**, além de assumir a liderança no fomento de setores industriais e tecnológicos estratégicos.



10 Conforme apresentado no Plano Estratégico da Petrobras 2025-2050. Disponível em: <https://petrobras.com.br/quem-somos/estrategia>

11 Essa proposta se baseou na proposição da AIE, tal como descrito no trecho a seguir: "Em 2030, no Cenário "Net Zero Emissions", a indústria de petróleo e gás investirá cerca de US\$ 350 bilhões em petróleo e gás e, se os impostos forem reduzidos como parcela da receita em relação aos níveis atuais e os acionistas aceitarem pagamentos menores, cerca de US\$ 350 bilhões de capital estariam disponíveis para investir em energia limpa (ou seja, uma parcela de 50% do investimento em energia limpa). Em 2030, no Cenário STEPS "Stated Policies Scenario", o investimento em petróleo e gás será maior, chegando a US\$ 700 bilhões e, se os impostos e os pagamentos aos acionistas permanecerem em níveis históricos, o capital disponível para investir em energia limpa seria de US\$ 500 bilhões (ou seja, uma parcela de 40%). Em outras palavras, para empresas com visão de futuro, investir perto de 50% dos gastos de capital em 2030 em energia limpa seria plausível, mesmo em um cenário que não se alinhasse com as metas climáticas globais. (AIE, 2023, p. 147)." Tradução nossa. Disponível em <https://www.iea.org/reports/the-oil-and-gas-industry-in-net-zero-transitions>



13 | Uma proposta dos petroleiros e petroleiras da FUP para o Brasil

● Apresentar de forma transparente à sociedade já na COP-30, suas escolhas de curto, médio e longo prazo, visando à transição energética e à ambição de "Net Zero 2050¹⁰". Para tal, deve responder à seguinte pergunta: **quais os caminhos da Petrobrás para a Transição Energética Justa?**

● Projetar-se com protagonismo na transição energética brasileira, seus **investimentos em energias de baixo carbono não podem se restringir à expansão dos biocombustíveis**, sobretudo aos de primeira geração, que denotam uma opção de curto prazo. A companhia deve ter um plano para investimentos em biocombustíveis de segunda e terceira gerações, mas também dedicar amplos investimentos para novas rotas tecnológicas, onde o Brasil pode tornar-se competitivo diante do seu potencial comparativo. Por tratar-se de inovação, esses investimentos não podem ser balizados apenas em taxas de retorno ou comparação com os ativos mais rentáveis;

● **Fortalecer e resgatar o papel da Petrobrás Biocombustíveis (Pbio)**, em um cenário de aumento da demanda em escala de biocombustíveis, incluindo a recuperação e valorização do papel da agricultura familiar e cooperativas nacionais neste processo.

● Recuperar seu papel estratégico no **abastecimento e soberania energética nacional**. O Brasil precisa de uma Transição Energética que garanta redução tarifária e combate à pobreza energética, o que passa por (i) uma política de preços dos combustíveis e do gás da Petrobrás aderente às características do mercado doméstico; (ii) ampliação dos investimentos e expansão do parque de refino considerando alternativas para a Transição Energética, como processamento e coprocessamento de matérias primas de baixo carbono; (iii) retomada da participação estatal no segmento de distribuição; e (iv) contribuição à redução da carestia.

● **Reduzir os níveis de exportação de petróleo cru**, o qual deve estar associado ao incremento da capacidade de refino do parque industrial brasileiro.

● **Destinar fração majoritária da riqueza produzida na exploração e produção de óleo e gás**, no Pré-sal e de novas fronteiras exploratórias, incluindo a Margem Equatorial, para redução da dependência nacional de importação de derivados, redução da exportação de petróleo cru e incremento e aceleração dos investimentos em novas rotas tecnológicas de baixo carbono.

● Redirecionar gradualmente seus investimentos em direção a uma empresa integrada de energia, com atuação em todos os elos da cadeia e elevar gradativamente seu patamar de investimentos em descarbonização, mitigação, adaptação e novas rotas tecnológicas **até 40% do CAPEX anual até 2030¹¹**, com apresentação de um plano com metas transparentes de curto, médio e longo prazo.

● Realizar investimentos no desenvolvimento tecnológico da **rota do hidrogênio verde**, observando os potenciais e necessidades nacionais e regionais para adensamento de cadeia produtiva.

● Prevenir e mitigar os impactos sociais e ambientais oriundos das atividades do Sistema Petrobrás, em diálogo e negociação com as comunidades e populações atingidas, tal como preconiza a **Convenção 169 da OIT**.

● **Fortalecer o diálogo e participação social na estrutura de governança da companhia**. Elementos chave para enfrentar as incertezas e volatilidades típicas do setor de óleo e gás e seus efeitos sobre a força de trabalho, de modo a garantir assistência, proteção social e condições de trabalho decente aos seus trabalhadores.

● **Criar um espaço institucional permanente de diálogo e participação dos trabalhadores e representações sindicais na formulação e monitoramento da estratégia de longo prazo da companhia relativa a Transição Energética**. O objetivo desse instrumento é assegurar o caráter justo da transição energética na companhia, com especial atenção à preservação do meio ambiente, postos de trabalho e requalificação da força de trabalho para essa transição.

- **Respeito à liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva.** Instrumentos essenciais para a garantia de uma boa governança no local de trabalho, promoção do trabalho decente, crescimento econômico e fortalecimento da democracia, justiça social e transição energética.
- **Recuperar a propriedade pública de empresas subsidiárias estratégicas privatizadas no passado recente,** em especial a BR Distribuidora, Liquigás, Refinaria de Mataripe e Refinaria de Manaus.

3.6. Exploração e produção na Margem Equatorial Brasileira

- Definir a Margem Equatorial como **área estratégica no âmbito do CNPE** (Conselho Nacional de Política Energética), de acordo com conceito previsto na **Lei nº 12.351/2010, implementando o modelo de partilha da produção como enquadramento regulatório** adequado para exploração e produção de petróleo em todas as bacias sedimentares da área da MEB.;
- Fortalecer a **Petrobrás como operadora única da MEB** e recuperar a propriedade pública de empresas do setor energético que foram privatizadas, em especial a refinaria de Manaus na região Norte.
- Assegurar que a **nova renda gerada nessa exploração seja majoritariamente dirigida aos estados confrontantes à MEB**, de forma a promover o desenvolvimento regional e evitar que ela se transforme em um corredor de escoamento de nossos recursos e riquezas para o exterior.
- Definição de **parâmetros legais e regulatórios** que garantam a destinação da riqueza gerada pela exploração das bacias da MEB para o **financiamento, via fundos soberanos subnacionais ou outro arranjo, do/a:**
 - Busca sistemática da segurança energética nacional e redução da dependência de importação de derivados de petróleo no longo prazo, sobretudo da região Norte.
 - Adensamento da cadeia produtiva da indústria nacional de óleo e gás e seu desenvolvimento em direção a novas rotas tecnológicas.
 - Combate à pobreza energética.
 - Combate ao desmatamento.
 - Fortalecimento da proteção e salvaguardas a comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e de grupos vulnerabilizados: mulheres, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres trans, pessoas LGBTQIAPN+, PCDs e juventudes periféricas.
 - Investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, com enfoque em novas rotas tecnológicas de baixo carbono em parcerias com universidades e centros de pesquisa públicos, em especial o CENPES, e empresas estatais nacionais.
 - Desenvolvimento regional, em especial, nas regiões Norte e Nordeste;
 - Qualificação das relações laborais na indústria energética.
 - Expansão da capacidade de refino do parque industrial brasileiro.
- Desenvolver junto com povos originários e povos tradicionais uma abordagem e planejamento energético que respeite e proteja as leis e tratados indígenas.
- Aplicação da convenção OIT 169, atendendo a reivindicação dos povos originários que exigem consulta prévia e transparente sobre projetos de exploração e produção na região, com base no direito à consulta livre, prévia e informada.



REFERÊNCIAS

Agenda Sindical para um Futuro Energético Público e de Baixo Carbono. Programa Sindical para um Futuro Energético Público e de Baixo Carbono, lançado em 4 de novembro de 2021 por mais de 30 sindicatos do setor de energia de vários países - Glasgow, Escócia.

FUP. A Carta dos Petroleiros ao Candidato Lula. Documento aprovado na IX Plenária Nacional da FUP. Agosto de 2021.

FUP. A proposta da FUP no Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil - Lula e Alckmin. 2023-2026.

FUP. A pauta estratégica para o PNG 2024/2028 da Petrobrás. Novembro de 2023.

FUP. Uma Petrobrás para o Brasil. Cartas aos Presidentes da Petrobrás. Agosto de 2023 e maio de 2024.

INDUSTRIALL. Um guia sindical de práticas para uma Transição Justa. Setembro de 2022.

OIT. Diretrizes para uma Transição Justa Rumo a Economias e Sociedade Ambientalmente Sustentáveis para Todos. Genebra, 2015.

OIT. Reunião técnica sobre o futuro do trabalho no setor de óleo e gás. Realizada em Genebra, 28 de novembro a 2 de dezembro de 2022.







